

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 25.06.2026

Reforçar a construção da rede de protecção dos jovens

Obrigado, Sr. Presidente. Caros colegas, boa tarde:

Recentemente, ocorreu em Macau um caso de violência envolvendo menores, no qual vários adolescentes agrediram fisicamente um colega da mesma idade, exigiram-lhe dinheiro e filmaram todo o processo de agressão para o difundir. Apesar de o caso já estar a ser acompanhado, revelou a fraca consciência moral e cívica dos jovens, bem como a existência da prática de violência e *bullying* entre eles.

Muitos pais relataram que os seus filhos também já sofreram algum tipo de *bullying*. Esse comportamento constitui uma acção violenta que causa traumas graves e duradouros nas vítimas, tanto a nível físico como psicológico. Com a crescente popularidade das redes sociais, o *bullying* já se estendeu muito para além do recinto escolar, atingindo também o espaço digital. A difusão das imagens violentas não só provoca um dano secundário às vítimas, como também deixa uma mancha duradoura na vida dos jovens agressores.

Pelo exposto, apresento as seguintes duas opiniões para discutir com todos:

1. Reforçar a educação digital sobre a responsabilidade cívica e, em especial, o *cyberbullying*, cultivando os valores correctos de “não exercer *bullying*, não ser cúmplice e não permanecer em silêncio”. Há dias, circularam nas redes sociais vários vídeos de adolescentes fardados a fumar, uma situação preocupante. O consumo de tabaco pelos adolescentes não só prejudica a saúde, como também reflecte o desrespeito de alguns estudantes pelo cumprimento da lei. As autoridades devem, em conjunto com as escolas e associações, promover cursos e palestras de educação digital, para que os adolescentes compreendam profundamente as consequências legais do *bullying* e da violação da lei de controlo do tabagismo. Devem também prestar apoio de aconselhamento psicológico e cessação tabágica aos alunos que dele necessitem, corrigindo os comportamentos desviantes a partir da fonte.

2. Notei que os serviços competentes criaram a “Rede Interdepartamental de Protecção para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil”, e o essencial é que este mecanismo seja efectivamente implementado. As escolas devem criar canais de denúncia de “zero obstáculos e zero riscos”. Para além da comunicação oral aos professores, há também que criar linhas abertas e formulários de denúncia por escrito ou via internet. O mais importante é que haja, ao nível institucional, garantias de protecção ao denunciante, com procedimentos de acompanhamento a iniciar-se nas 24 horas após a recepção da denúncia, a fim de, com acções concretas, demonstrar aos alunos que as suas “denúncias são úteis e seguras”. Ao mesmo tempo, há também que advertir para os efeitos adversos, no caso do uso abusivo deste mecanismo.

Termino por aqui a minha intervenção. Muito obrigado.